INCLUSÃO DO ALUNO COM DEFICIÊNCIA: ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS ESCOLARES

Caio Vinicius dos SANTOS

Luci Pastor MANZOLI

Bruna Rafaela de BATISTA

Gabriela Molina MOURA

Universidade Estadual Paulista – Unesp

Eixo 05 - Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva

cv.santos@unesp.br

Palavras-chave: Educação Especial. Práticas Pedagógicas. Políticas Públicas

1. Introdução

A inclusão da pessoa com deficiência no Brasil passou a ter expressividade a partir da LDB 9.394/96 estabelecendo que a educação dessas pessoas deveria ser oferecida “preferencialmente no ensino regular” e serviços de apoio para atender as suas necessidades educacionais. Em relação aos professores, deveriam ter “especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (Brasil, 1996).

A educação inclusiva tem por meta assegurar o direito à educação com garantia de acesso, permanência, aprendizagem e respeito às individualidades, evidenciando a importância das práticas pedagógicas para a concretização do direito à educação. Destaca-se aqui que a pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.” (Brasil, 2015)

Neste sentido, as práticas pedagógicas são um dos elementos primordiais para assegurar a participação e aprendizagem de todos os alunos, levando-se em consideração suas diferenças individuais, os ritmos e a forma de aprender. Conforme aponta Paulo Freire, para ensinar é necessário criar possibilidades para a construção

do conhecimento e promover valores humanos. Para o autor “ninguém nasce educador ou marcado para ser educador. A gente se faz educador, na prática e na reflexão sobre a prática". (Freire, 1991 p.58). Para tanto, a formação do professor é o elemento central para promover o processo ensino/aprendizagem com equidade atendendo as especificidades dos alunos.

O presente estudo tem por objetivo realizar um levantamento das práticas pedagógicas propostas para o ensino inclusivo nas políticas públicas, com vistas a efetivação da aprendizagem de todos os alunos. Tem como questão norteadora: quais práticas inclusivas podem influenciar na aprendizagem do aluno com deficiência? O estudo se justifica pela necessidade de se conhecer as práticas pedagógicas inclusivas apresentadas nas políticas públicas, capazes de atender às necessidades individuais e o aprendizado de todos os alunos.

2. Metodologia

O presente trabalho é de natureza qualitativa por possibilitar a análise e a descrição dos dados de forma articulada (Bogdan e Biklen, 1994) e bibliográfico por permitir um olhar amplo sobre os fenômenos estudados. (Gil, 2017)

3. Resultados Obtidos

Os resultados extraídos das políticas inclusivas apontaram para: Plano de Ensino Individualizado, com vistas a atender as especificidades de cada estudante; Adaptação Curricular, compreendendo a flexibilização de conteúdos, a utilização de recursos visuais e concretos, linguagem clara e acessível, critérios de avaliação e organização do tempo; Uso de tecnologias, leitores de telas, *softwares* de comunicação alternativa, recursos audiovisuais, materiais adaptados que auxiliam a comunicação, interação e autonomia; Desenho Universal da Aprendizagem – DUA, por meio de metodologias ativas, como rodas de conversas, projetos, trabalhos em grupos, resolução de problemas; Trabalho Colaborativo entre professor da sala regular e o de educação especial para o planejamento de aulas acessíveis.

Nóvoa (2009) aponta sobre a importância da educação no futuro e a necessidade de professores preparados e qualificados, uma vez que a inclusão requer profissionais reflexivos, que compreendam e saibam responder aos desafios da diversidade através da prática.

Busca-se, portanto, garantir a acessibilidade, autonomia e comunicação, ou seja, um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado, “de forma a

alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem" (Brasil, 2015).

4. Conclusões

Este cenário inovador e desafiador para a educação, proporcionou progressos, sobretudo nas leis, decretos, resoluções e outros documentos governamentais fortalecendo as práticas de inclusão do aluno com deficiência no sistema regular de ensino. Sob essa ótica, destacamos a Lei Brasileira de Inclusão- LBI, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) "destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais para pessoas com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania". Espelha-se assim, um marco jurídico fundamental no que se refere a eliminação de barreiras que "pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas".

5. Principais referências

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994.

_____, **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, n. 248, de 23/12/96 – Seção I, p. 27833. Brasília, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001. Disponível em: Diretrizes Nacionais para a Educação Especial. Acesso em: [maio de 2026]. [1, 2]

FREIRE, P. **A Educação na Cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2017.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009.